

O Questionário Morfossintático Do ALiB: O Feminino De Chefe E De Presidente

THE MORPHOSYNTACTIC QUESTIONNAIRE OF ALIB: THE FEMININE OF BOSS AND PRESIDENT

Vera Maria Ramos PINTO¹

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar as ocorrências morfossintáticas para as questões de número 07 e 09 do Questionário Morfossintático (QMS), que faz parte do projeto do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): o feminino de *chefe* e o feminino de *presidente*. Para a análise, escolhemos como *corpus* as respostas de informantes de seis capitais de três regiões do Brasil: a região Sul (Curitiba e Florianópolis), a região Nordeste (Fortaleza e Salvador), a região Sudeste (São Paulo e Belo Horizonte). Com este estudo, pretendemos investigar: a) as variantes diatópicas e variantes diastráticas na construção morfológica para a flexão de gênero feminino dos substantivos *chefe* e *presidente*; b) verificar o número de registros entre os sexos, as faixas etárias e nível de escolaridade dos informantes das seis capitais mencionadas, a fim de chegarmos a um veredito sobre o uso mais corrente da flexão dessas palavras para o gênero feminino, se é a variante formal, a *chefe/ a presidente* ou a variante informal, *chefa /presidenta*; c) refletir sobre o uso do feminino dessas palavras no contexto atual, com base em estudos de Mendes de Almeida (1985), Cunha e Cintra (1985), Rocha Lima (1985), Bechara (2001), entre outros.

Palavras-chave: Atlas Linguístico do Brasil. Questionário morfossintático. Variantes Diatópicas. Variantes Diastráticas. Flexão de gênero.

Abstract: In this article, our goal is to analyze the morphosyntactic occurrences to the questions 07 and 09 of the Morphosyntactic Questionnaire (QMS), which is part of the project of the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB): the feminine of *boss* and the feminine of *president*. For analysis, we chose as *corpus* the answers from respondents in six State capitals from of three Regions of Brazil: in the *South* (Curitiba and Florianopolis), in the *Northeast* (Fortaleza and Salvador) and in the *Southeast* (Sao Paulo and Belo Horizonte). With this study, we look to investigate: a) the diatopics variants and the diastratics variants in the morphological construction for gender flexibility of the nouns *boss* and *president*; b) check the number of data among the sex, age groups and level of educations of the respondents from the six State Capitals mentioned before, in order to reach a conclusion on the most common use of these words inflection for feminine whether is the formal variant, the *boss/ the president*, or the informal variant, *boss/president*; c) reflect on the use of these feminine words in the current context, based on studies of Mendes de Almeida (1985), Cunha and Cintra (1985), Rocha Lima (1995), Bechara (2001), among others.

Key-words: Linguistic Atlas of Brazil. Morphosyntactic Questionnaire. Diatopics Variants. Diastratics Variants. Gender Flexibility.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora Assistente do Centro de Letras, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), câmpus Jacarezinho. Vice-líder do Grupo de Pesquisa “Leitura e Ensino” (UENP/CJ). Endereço eletrônico: veramaria@uenp.edu.br.

Introdução

“Cada grupo humano se caracteriza por uma série de traços culturais, que interferem na vida do grupo e na sua linguagem, acarretando a consciência de certas particularidades linguísticas que distinguem a linguagem de um grupo do falar de outros grupos sociais”. Esta assertiva de Silva Neto (1957, p.15-16) aponta que as pessoas que se caracterizam por uma série de identidades comuns no uso da língua transmitida, como o sotaque, traços fonéticos e vocábulos, pertencem ao mesmo falar.

O autor evidencia, assim, que todas as línguas são heterogêneas, com muita diversidade de falares, o que motiva a variação e a mudança linguística. E, de acordo com os pressupostos básicos da teoria da variação linguística, essa heterogeneidade é inerente a todo sistema linguístico e não é aleatória, mas ordenada por restrições linguísticas e extralinguísticas. E são essas restrições que levam o falante a usar certas formas em vez de outras quando faz uso da língua.

A concepção de língua como um sistema heterogêneo, portanto, tem importantes implicações, porque coloca a variação linguística no centro da análise do processo de estruturação de uma língua.

Desse modo, a língua, por ser heterogênea, manifesta-se de modo variável dentro da mesma comunidade de fala, pois pessoas, com características diferentes, expressam-se de maneiras diferentes. Essas variações podem ocorrer em todos os níveis da fala e são decorrentes de vários fatores como: a diferenciação social, o status socioeconômico, o grau de escolarização, a idade, o sexo, o mercado de trabalho e as redes sociais do falante (variação diastrática); a situação comunicativa (variação diafásica); o uso da língua em diferentes épocas (variação diacrônica) e o espaço geográfico onde vive o falante (variação diatópica).

Diante disso, corroboramos a assertiva de Rodrigues (2002) quando diz que não há língua que seja, em toda a sua amplitude, um sistema uno, invariável, rígido. Com a língua portuguesa falada no Brasil não poderia, também, ser diferente, pois as diversidades social, cultural e geográfica são enormes.

Isquierdo (2004, p. 390) afirma que autores como Amadeu Amaral, autor do “O dialeto caipira” (1920); Antenor Nascentes, autor de “O linguajar carioca” (1922); Mário Marroquim, com “A língua do Nordeste” (1934); Gladstone Chaves de Melo, com “A língua do Brasil” (1934); Pereira da Costa, com “O vocabulário pernambucano” (1934); entre outros, ressaltaram,

diante dessa diversidade, a necessidade de elaborar um atlas linguístico do Brasil, que descrevesse a língua falada de todo o território nacional para que a variante brasileira da língua portuguesa fosse registrada.

Passados alguns anos, em 20 de março de 1952, com o Decreto 30.643, no seu Art. 3º, essa preocupação torna-se matéria de lei, ficando instituída, como finalidade principal da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, a elaboração de um atlas linguístico do Brasil.

Vale lembrar, neste contexto, que estudos, englobando a natureza da pesquisa dialetológica, já vinham se destacando como os de Antenor Nascentes, já citado acima, de Celso Cunha e de Serafim da Silva Neto. A obra *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, de Nascentes (1958), é, até hoje, referência na orientação para a construção de atlas nacionais e regionais.

Em 1954, Serafim da Silva Neto, autor de *Guia para estudos dialetológicos*, enfatiza “a necessidade e urgência de se estudarem nossos falares”. Todavia, conforme o autor, era necessário, a princípio, a realização de atlas linguísticos regionais, que pudessem subsidiar posteriormente a elaboração de um atlas geral do Brasil (1957, p. 11).

Desse modo, a partir da orientação desses estudiosos, os atlas linguísticos regionais começam a surgir no Brasil. Em 1963, publica-se o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*; em 1977, o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*; em 1984, o *Atlas Linguístico da Paraíba*; em 1987, o *Atlas Linguístico de Sergipe* e, em 1994, o *Atlas Linguístico do Paraná*, em 2002, o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – Vol. I e II*; em 2004, o *Atlas Linguístico Sonoro do Pará*.

Entretanto foi, em 1996, em Salvador, por ocasião da realização do Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, com a participação de pesquisadores da área, oriundos de diferentes regiões brasileiras, que ocorreu a retomada do assunto e foi aprovada a ideia da elaboração de um atlas linguístico nacional, desejo que vem desde 1952, mas que, somente no final do século, começou a tomar corpo.

Surge, assim, o Projeto ALiB, um empreendimento grandioso e amplo, de caráter nacional, que tem por meta a elaboração de um atlas geral no Brasil no que diz respeito ao uso da Língua Portuguesa.

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), de acordo com Cardoso e Mota (2012),

Constitui-se na primeira tentativa, em nível nacional, de descrição do português brasileiro com base em dados coletados, *in loco*, nas diversas regiões geográficas, a partir da investigação em uma rede de pontos que se estende do Oiapoque (ponto 001) ao Chuí (ponto 250). Trata-se, portanto, de um projeto que se desenvolve no campo da variação linguística, mais especificamente no campo da Dialetoologia e com base na Geolinguística, caminho metodológico que se ocupa da cartografia dos fatos de língua, cuja produção de maior relevância se consubstancia nos atlas linguísticos. (p. 3).

Para a apresentação dos dados linguísticos, pesquisados com informantes de todo o Brasil, foram usados vários recursos metodológicos como a escolha das redes de ponto (locais usados para a realização da pesquisa), a definição do perfil dos informantes (sexo, faixa etária, nível de escolaridade, naturalidade), os questionários linguísticos e a realização de inquéritos experimentais (COMITÊ NACIONAL, 2001).

Com relação aos questionários linguísticos que compõem o ALiB, Mota (2005) afirma que são de fundamental importância para as pesquisas geolinguísticas. Para a constituição do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, os questionários subdividem-se, conforme os níveis de estudo da língua, em fonético-fonológico (Questionário Fonético-Fonológico – QFF); semântico-lexical (Questionário Semântico-Lexical – QSL) e morfossintático (Questionário Morfossintático – QMS), contemplando, também, questões de pragmática (QP); perguntas de natureza metalinguística (PM); temas para depreensão de discursos semidirigidos e texto para leitura.

Neste artigo, utilizamos o Questionário morfossintático (QMS) para fazermos análise dos inquéritos já realizados com informantes de seis capitais brasileiras, nos anos de 2001 a 2006, a saber: Curitiba e Florianópolis (Região Sul), Fortaleza e Salvador (Região Nordeste), São Paulo e Belo Horizonte (Região Sudeste), totalizando 48 informantes.

As quarenta e nove (49) perguntas que compõem o Questionário Morfossintático do Projeto ALiB visam apurar as variantes diatópicas nas construções sintáticas e morfológicas, por exemplo, a presença ou ausência de artigo diante de nome próprio, ou o uso de tu e você como pronome sujeito, assim como fatos característicos da variação diastrática, a flexão para o feminino de nomes que terminam em *-ão*; de nomes terminados em *-e* e *-ente*, como é o caso das questões 07 e 09, referentes ao feminino das palavras *chefe* e *presidente*, questões que são a base do nosso estudo.

Também, discutimos, neste trabalho, a polêmica que foi instaurada pela flexão do feminino desses dois substantivos hoje, a fim de verificarmos qual é a variante usada pelos informantes do ALiB: *chefe* ou *chefa*, *presidente* ou *presidenta*? E, assim, verificarmos o número de

registros entre os sexos e os níveis de escolaridade dos informantes das seis capitais escolhidas, para chegarmos a um veredito sobre o uso mais recorrente da flexão dessas palavras para o gênero feminino, se é a variante formal ou informal, tendo em vista que, de acordo com gramáticas tradicionais, os substantivos *chefe* e *presidente* não teriam o seu correspondente feminino.

O Atlas Linguístico do Brasil: objetivos e método

Cardoso e Mota (2012) esclarecem que o projeto do ALiB segue o tratamento pluridimensional, que focaliza, além da variação diatópica, a variação social, em especial a diagenérica (sexo), a diageracional (faixa etária), a diastrática, entre outras. Com essa concepção, percorreu o caminho de uma metodologia que permite alcançar o alvo almejado: estabelecimento da rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários linguísticos, a realização de inquéritos linguísticos experimentais, a formação de inquiridores e as reuniões nacionais de coordenação.

Assim foi estabelecida, para recobrir todo o país, uma rede de pontos constituída de 250 localidades, distribuídas por todo o território nacional, levando-se em conta a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento da área.

Quanto ao perfil dos informantes, foram definidos: ter nascido e vivido a maior parte de sua vida na localidade pesquisada e ter pais também nativos da cidade em que moram. Inclui, também, o controle de variáveis sociais, tais como idade, gênero e escolaridade.

Quanto às faixas etárias e níveis de escolaridade, os informantes estão distribuídos equitativamente por duas faixas, 18-35 anos e 50-65 anos, contemplando os dois gêneros. Devem ser alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a oitava série do ensino fundamental, com exceção das capitais, onde quatro dos informantes devem ter cursado o ensino superior.

Todos devem ter uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias, 18-35 anos e 50-65 anos, contemplando os dois gêneros.

Hoje, o número total atinge a casa dos 1.100 informantes. Para atender à variação social, os informantes, em número de quatro em cada ponto – exceto nas capitais de Estado, onde são oito –, estratificam-se, como já dito anteriormente, quanto ao gênero – quinhentos e cinquenta

homens e quinhentos e cinquenta mulheres –, à faixa etária – a primeira de 18 a 30 anos e a segunda, de 50 a 65 anos – e, nas capitais, ao nível de escolaridade – fundamental e universitário.

O confronto entre os registros de fala mais monitorada, nas respostas monovocabulares, obtidas por meio de perguntas diretas, com as elocuções mais espontâneas, surgidas por iniciativa do próprio informante, em comentários livres, ou por sugestão do inquiridor, na parte final da entrevista, permite o exame da variação diafásica ou estilística.

Diante de tudo que foi exposto, podemos concluir que a aplicação da metodologia descrita vem permitindo avaliar a pertinência do método na construção do Projeto ALiB, pois, com este projeto, conforme afirma Aguilera (2005),

Pesquisadores das várias partes do Brasil, em cujos estados não havia ainda atlas regionais, sentiram-se motivados a iniciar a empreitada, uma vez que, os linguistas, em particular os dialetólogos, sempre reconheceram os vários papéis de um atlas linguístico, seja como retrato vivo, sincrônico, dos falares de determinado espaço geográfico, seja como fonte de estudo para a reconstrução da história social que se desenvolveu em determinado território ou, ainda, como repositório das múltiplas vozes do presente e do passado que se entrelaçam ou se excluem mutuamente.

Neste artigo, apresentamos alguns resultados da pesquisa no campo da morfossintaxe, realizada pelos integrantes do projeto ALiB, mais especificamente no que diz respeito à formação de substantivos femininos.

Os substantivos e a flexão de gênero

As gramáticas trazem que os substantivos fazem parte das classes gramaticais variáveis. Um substantivo pode variar em gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo). Neste trabalho, nossa atenção atém-se à flexão de gênero.

Todo substantivo pertence a um gênero, masculino ou feminino, mas, só no caso de seres animados, o gênero de um substantivo pode nos informar algo sobre seu significado (CALDAS AULETE, 2011, p. 22). Isso significa, segundo o autor, que os substantivos que nomeiam seres animados podem ter gêneros diferentes, masculino para o macho e feminino para a fêmea da espécie: *bode – cabra; homem – mulher; cachorro – cachorra*.

Quando se trata de seres humanos, essa diferença pode ser aplicada, também, a relações familiares, profissões, títulos de nobreza, papéis socioculturais diversos: *pai – mãe; ator – atriz; príncipe – princesa; compadre – comadre*.

Já os substantivos como *jacaré*, *onça*, *tatu*, chamados epícenos, têm um só gênero para o macho e para a fêmea da espécie. Outros mantêm a forma, mas mudam de gênero, comum de dois: *o pianista* – *a pianista*; *o atleta* – *a atleta*. Há, ainda, os nomes sobrecomuns, substantivos referentes a seres humanos que têm uma só forma e um só gênero para o homem e a mulher: *o cônjuge* (o marido ou a esposa); *o capitão* (homem ou mulher).

Assim, temos as regras normatizadas, que dizem respeito à flexão de gênero, de acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 182-190), apresentadas nos tópicos seguintes.

Regras gerais de formação do feminino

1ª) Os substantivos terminados em *-o* átono formam, normalmente, o feminino substituindo essa desinência por *-a*: *gato* – *gata*; *lobo* – *loba*; *aluno* – *aluna*.

Os autores observam que há um pequeno número de substantivos terminado em *-o* que, no feminino, substitui essa vogal final por desinências especiais. Ex: *diácono* – *diaconisa*; *galo* – *galinha*; *maestro* – *maestrina*.

2ª) Os substantivos terminados em consoante ou vogal tônica formam, normalmente, o feminino com o acréscimo da desinência *-a*: *freguês* – *freguesa*; *diretor* – *diretora*; *peru* – *perua*; *guri* – *guria*.

Cunha e Cintra referem-se, também, a regras especiais de substantivos, tais como:

(i) substantivos terminados em *-ão* podem formar o feminino de três maneiras: mudando a terminação *-ão* em *-oa*: *patrão* – *patroa*; *leitão* – *leitoa*; mudando a terminação *-ão* em *-ã*: *escrivão* – *escrivã*; *irmão* – *irmã*; e mudando a terminação *-ão* em *-ona*: *comilão* – *comilona*; *folião* – *foliona*.

Observam os autores que alguns substantivos não seguem esses três processos, como: *cão* – *cadela*; *zangão* – *abelha* (radicais diferentes) e os substantivos *barão* – *baronesa*; *perdigão* – *perdiça*; *lebrão* – *lebre*; *ladrão* – *ladra*; *sultão* – *sultana* e *maganão* – *magana* (significado: travesso, atrevido, engraçado);

(ii) substantivos terminados em *-or* formam, normalmente o feminino, como já foi dito, com o acréscimo da desinência *-a*: *pastor* – *pastora*; *remador* – *remadora*; *professor* – *professora*.

Alguns, porém, fazem o feminino em *-eira*: *cerzeidor* – *cerzeideira*; *cantador* – *cantadeira*. Outros, dentre os finalizados em *-dor* e *-tor*, mudam estas terminações em *-triz*: *ator* – *atriz*; *imperador* – *imperatriz*. Sobre o feminino de *embaixador*, esclarecem que há, convencionalmente, dois femininos: *embaixatriz* (a esposa de embaixador) e *embaixadora* (funcionária chefe de embaixada).

(iii) certos substantivos que designam títulos de nobreza e dignidades formam o feminino com as terminações *-esa*; *-essa* e *-isa*: *barão* – *baronesa*; *duque* – *duquesa*; *conde* – *condessa*; *abade*, *abadessa*; *sacerdote* – *sacerdotisa*; *diácono* – *diaconisa*;

(iv) os substantivos terminados em *-e*, não incluídos entre os que foram mencionados, são geralmente uniformes. Esta igualdade formal para os dois gêneros é como veremos adiante, quase que absoluta nos finalizados em *-ente*, de regra originários de participípios presentes e de adjetivos uniformes latinos.

Novamente, Cunha e Cintra (1985, p.190) alertam que há um pequeno número que, à semelhança da substituição *-o* (masculino) por *-a* (feminino), troca o *-e* por *-a*: *elefante* – *elefanta*; *infante* – *infanta*; *parente* – *parenta*; *monge* – *monja*; *mestre* – *mestra*; *governante* – *governanta* e que os femininos *giganta* (de gigante), *hóspeda* (de hóspede) e *presidenta* (de presidente) têm ainda curso restrito no idioma.

Apesar de os autores mencionarem que o feminino dessas palavras é restrito no idioma, esse fato se aplicava àquela época, anos 80, porém, hoje, é comum e usado o feminino de *presidente* para *presidenta*, em mídias com orientação ideológica mais à esquerda (*Hora do Brasil*, *Carta Capital*), ao contrário de jornais e revistas de ampla circulação nacional (*Veja*, *Folha de São Paulo*) que mantêm a variante *presidente*. O mesmo ocorre com *chefe* para *chefa*.

Em todas as gramáticas que nos serviram de base para estudos, encontramos notas acerca do uso do feminino de *presidente* para *presidenta* e de *chefe* para *chefa*. Rocha Lima, em 1985, diz: “A força do uso já consagrou as formas flexionadas *infanta*, *parenta* e *presidenta*”.

Mesmo Napoleão Mendes de Almeida, considerado um dos gramáticos mais tradicionais e rígidos, traz a flexão de feminino de *chefe* para *chefa*, dentro do tópico que intitula de *Particularidades*: “O uso, fator soberano da consolidação de uma língua e das leis que a rege, consagra certas formas, que, embora esquisitas, tornam-se comuns e de emprego cotidiano na boca do povo” (1985, p.101).

E expõe, no item 206, desse mesmo tópico, que, quanto ao processo de Formação do Feminino dos substantivos, podemos dividir o caso em quatro partes, e uma das partes é a mudança do masculino para o feminino mediante o simples acréscimo de *-a*, *cachorro*/*cachorra*; *deputado*/*deputada*; *chefe*/*chefa* (ALMEIDA, 1985, p.104).

Bechara (2001, p.93), no entanto, autoridade respeitada entre os filólogos, linguistas e gramáticos, apesar de afirmar que a presença cada vez mais acentuada da mulher nas atividades profissionais que antes eram exclusivas do homem, por isso a necessidade de as línguas, não só o português, adaptar o seu sistema gramatical a estas novas realidades, já correm vitoriosos, há

tempo, femininos como *mestra*, *professora*, *advogada*, *juíza*, *engenheira*, etc., assevera, também, que outras formas femininas podem não vingar por se revestirem de sentido pejorativo, dentre elas estão *chefe* e *caba*, da hierarquia militar.

O autor, na formação do feminino dos substantivos, no que diz respeito ao caso em que estamos estudando, apresenta o seguinte processo (BECHARA, 2001),

Os substantivos terminados em *-e* ou ficam invariáveis, ou acrescentam *-a* depois de suprimir a vogal temática: alfaiate/alfaia. São uniformes: amante, cliente, constituinte, habitante, inocente, ouvinte, servente, etc. São biformes: alfaiate/alfaia; infante/infanta; hóspede/hóspeda; governante/governanta; presidente/presidenta; parente/parenta; monge/monja. Ao final, observa que “estes substantivos também aparecem como uniformes”. (p. 94).

Divergências e convergências à parte, diante das considerações apresentadas, entendemos que, normalmente, na língua portuguesa, os substantivos acabados em *-e* são uniformes, ou seja, assumem a mesma forma no feminino e no masculino, a distinção é feita pela concordância com um artigo ou outro determinante: *a chefe/a presidente*. Contudo, em alguns casos, a terminação *-e* no masculino pode passar também a *-a* no feminino, permitindo que haja duas formas femininas da palavra, como é o caso de *chefe/chefa*, *presidente/presidenta*, *governante/governanta*, *parente/parenta*, *infante/infanta*, *elefante/elefanta*, *mestre/mestra*, *monge/monja*, *gigante/giganta*.

No Brasil, atualmente, existe muita polêmica com relação às formas *chefe* e *presidenta*, acentuada ainda mais, desde a eleição da primeira mulher para o cargo de presidente da República, principalmente, depois que a Presidente/Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.605, em 03 de abril de 2012, que determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Assim, o caso específico da palavra “presidenta” foi amplamente discutido na imprensa à época. E continua a ser motivo de debates e suscitando dúvidas entre as pessoas, até mesmo, entre professores de Língua Portuguesa.

A flexão de gênero dos substantivos *chefe* e *presidente* nos dados do ALiB: descrição e análise

Os dados que compõem a amostra analisada fazem parte do banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), coletados em seis capitais, de três regiões brasileiras: Curitiba e Florianópolis (Região Sul); São Paulo e Belo Horizonte (Região Sudeste); Fortaleza e Salvador (Região Nordeste), entre os anos de 2001 a 2006.

A escolha pelas capitais citadas levou em consideração o fato de estarem incluídos informantes com nível superior e os inquéritos dessas cidades já terem sido transcritos grafematicamente.

Desse modo, para a análise dos fatores linguísticos, considerados relevantes para o estudo da flexão do feminino de *chefe* e *presidente*, levamos em consideração a flexão desses substantivos como uniformes, na categoria comum de dois gêneros, o *chefe*/ a *chefe*; o *presidente*/ a *presidente* e a flexão biforme, tendo a forma análoga *chefe*/*chefa* e *presidente*/*presidenta*. Para os fatores sociais, consideramos o sexo, a idade e a escolaridade dos informantes.

Descrição e análises das variantes em capitais da Região Sul, da Região Sudeste e da Região Nordeste

As abreviaturas dos Quadros representam: H= homem, M= Mulher, J= Jovem, I= Idoso, F= Fundamental e S= Superior. Quanto não se obteve a resposta, indicamos com SR e outras lexias, OL.

Distribuição das variantes na Região Sul

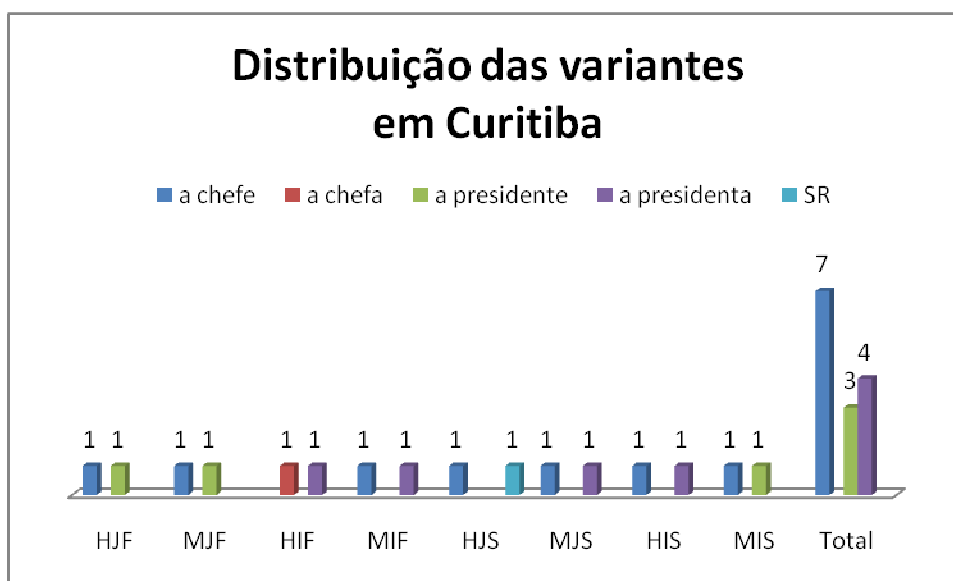
Quadro I: Distribuição das variantes em Curitiba

Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe	X	X		X	X	X	X	X	7
a chefa			X						1
a presidente	X	X						X	3
a presidenta			X	X		X	X		4
Sem resposta					SR				1

Na capital do Paraná, Curitiba, os inquéritos foram realizados nos anos de 2001 e 2002. Para a variante do feminino de *chefe*, sete informantes responderam que o feminino é formado pela colocação do artigo *a* antes do substantivo, quando se referir às mulheres, ou seja, *a chefe*. Um informante, apenas, respondeu *a chefa*. Esse informante é homem, faixa etária 50-65 anos, com escolaridade em nível fundamental.

Para a variante do feminino de *presidente*, três informantes responderam que a flexão para o feminino seria *a presidente* e quatro responderam que a forma adequada seria *presidenta*. São eles, dois homens de 50-65, um com ensino fundamental e outro, ensino superior. E duas mulheres, uma na faixa etária dos 50-65 anos, com nível fundamental e a outra com 18-30 anos com nível superior. Um informante do sexo masculino, 18-30 anos, ensino superior, deixou sem resposta.

A representação da distribuição das variantes em Curitiba segue no gráfico abaixo.



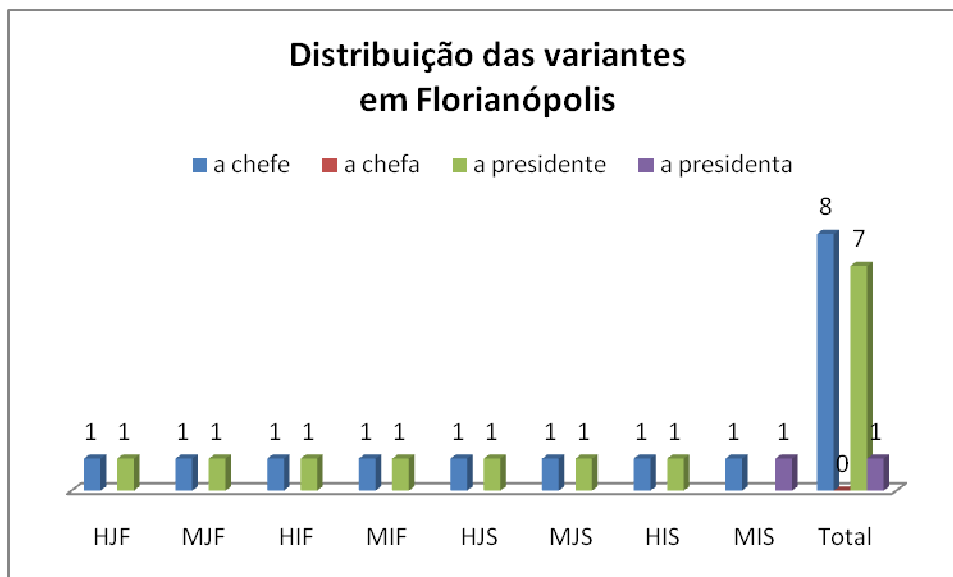
Quadro II: Distribuição das variantes em Florianópolis

Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe	X	X	X	X	X	X	X	X	8
a chefea									0
a presidente	X	X	X	X	X	X	X		7
a presidenta								X	1

Em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, inquéritos realizados em 2004, não tivemos nenhum registro para a forma *chefa*. Os oito informantes responderam que o feminino de chefe era *a chefe* (100%).

Para a variante de presidente, sete informantes responderam *a presidente* (87%). A flexão feminina de presidente *presidenta* foi dita apenas por uma mulher, faixa etária de 50 a 65, com ensino superior (13%).

A seguir, gráfico com a representação das variantes em Florianópolis.



Distribuição das variantes na Região Sudeste

Quadro III: Distribuição das variantes em São Paulo

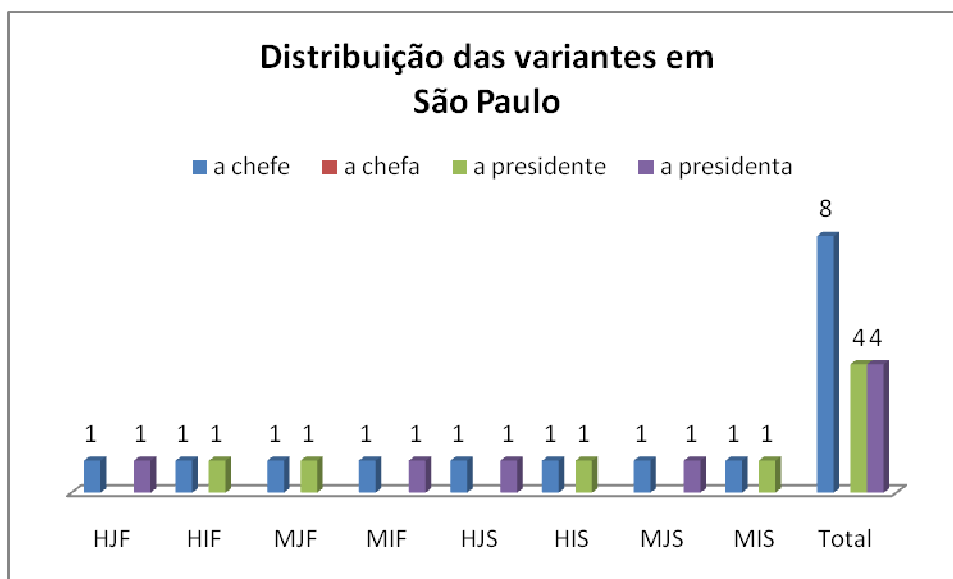
Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe	X	X	X	X	X	X	X	X	8
a chefa									0
a presidente		X	X			X		X	4
a presidenta	X			X	X		X		4

Na região Sudeste, na capital do estado de São Paulo, os inquéritos foram realizados nos anos de 2001, 2003 e 2005. Para a variante morfossintática do feminino de chefe, também, todos os informantes responderam que o feminino é *a chefe* (100%).

Já, para a variante morfossintática do feminino de *presidente*, quatro informantes responderam que é *a presidente* (50%). São eles: três mulheres, duas com faixa etária 18-30 anos, uma com ensino fundamental; outra com ensino superior; e uma com 50-65 anos e ensino

superior; e quatro responderam que é *presidenta*, também 50 %, três homens e uma mulher (dois homens de 18-30 anos, um com ensino fundamental e outro com ensino superior; um homem de 50-65 anos, com ensino superior e uma mulher, 18-30 anos, com ensino fundamental).

Abaixo, a representação gráfica da distribuição das variantes em São Paulo.



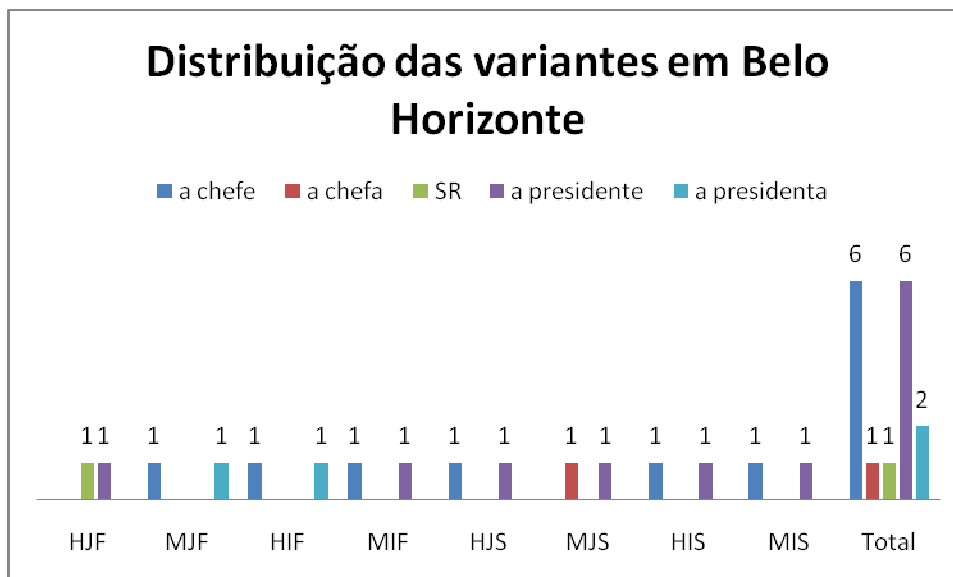
Quadro IV: Distribuição das variantes em Belo Horizonte

Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe		X	X	X	X		X	X	6
a chefea						X			1
SR	X								1
a presidente	X			X	X	X	X	X	6
a presidenta		X	X						2

Na capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, os inquéritos com os informantes foram realizados no ano de 2006. Para o feminino de chefe, encontramos os seguintes registros: seis informantes responderam *a chefe* e um informante, sexo masculino, 18-30 anos, ensino fundamental, deixou sem resposta (SR) e uma mulher, 18-30 anos, ensino superior, respondeu: *a chefea*.

Para presidente, as respostas foram: seis informantes responderam *a presidente* e dois informantes, *a presidenta* (um homem, 50-65 anos e uma mulher 18-30, ambos com ensino fundamental).

Gráfico com a representação das variantes em Belo Horizonte.



Distribuição das variantes na Região Nordeste

Quadro V: Distribuição das variantes em Recife

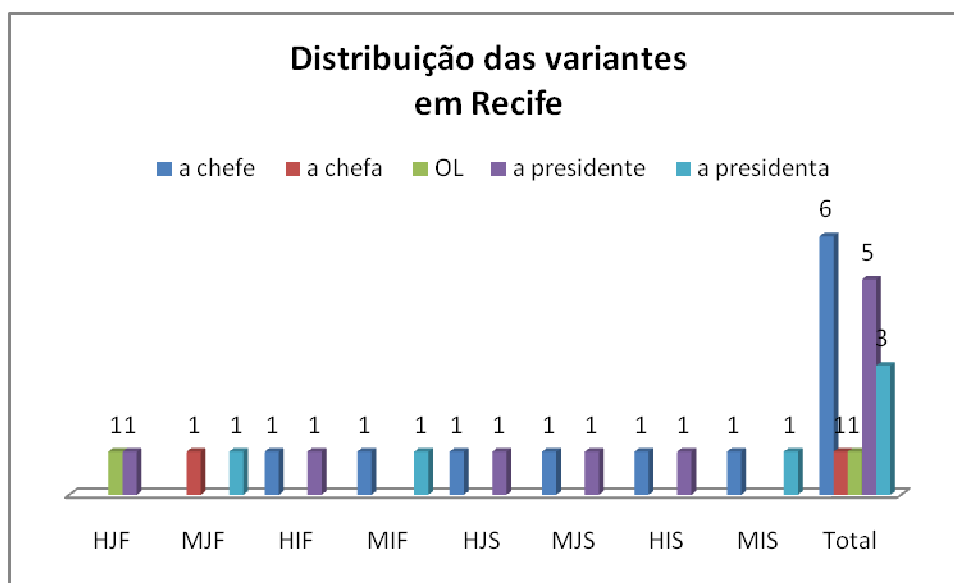
Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe			X	X	X	X	X	X	6
a chefea		X							1
OL	X								1
a presidente	X		X		X	X	X		5
a presidenta		X		X				X	3

Na região Nordeste, na capital de Pernambuco, Recife, os inquéritos foram feitos nos anos de 2002, 2003 e 2005. O feminino de *chefe* obteve seis registros para *a chefe*, um registro para *a chefea* (uma mulher, 18-30 anos, com ensino fundamental) e um registro, de informante homem,

com faixa etária 18-30 anos, ensino fundamental, com duas outras lexias (L), encarregada e supervisora.

Para o feminino de *presidente*, cinco informantes responderam que é *a presidente* e três, que é *presidenta* (três mulheres, duas com ensino fundamental, uma de 18-30 anos e a outra de 50-65 anos e uma, com ensino superior de 50-65 anos).

Representação gráfica das variantes em Recife



Quadro VI: Distribuição das variantes em Fortaleza

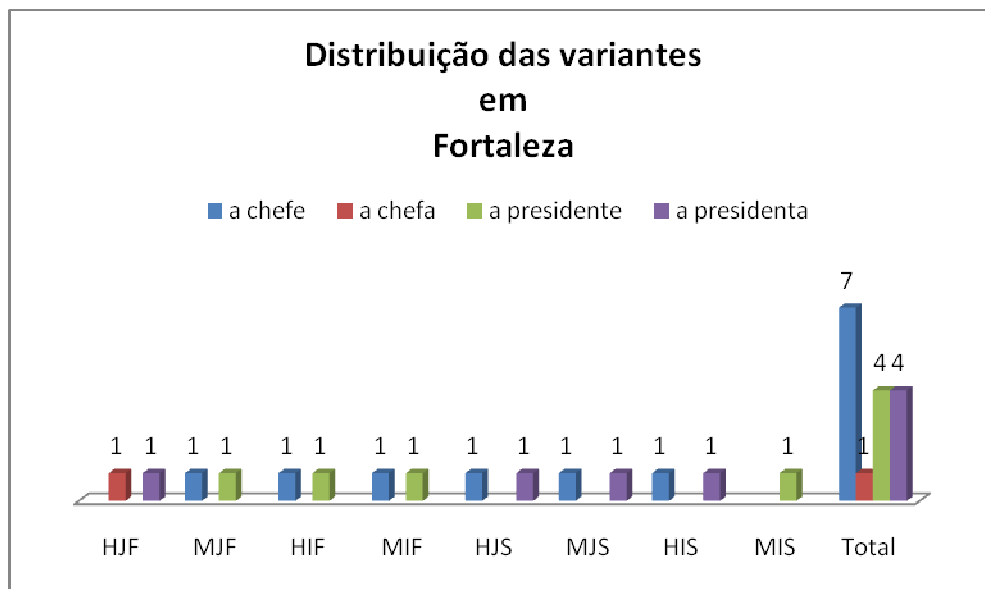
Variantes/ Informantes	HJF	MJF	HIF	MIF	HJS	MJS	HIS	MIS	Total
a chefe		X	X	X	X	X	X	X	7
a chefa	X								1
a presidente		X	X	X				X	4
a presidenta	X				X	X	X		4

Na capital do Ceará, Fortaleza, inquéritos feitos nos anos de 2003 e 2004, os registros, para o feminino de *chefe*, foram os seguintes: sete registros para *a chefe*; e um registro (homem, 18-30 anos, ensino fundamental) para *a chefa*.

No que diz respeito à flexão do feminino de *presidente*, quatro registros para *a presidente* e quatro registros para *a presidenta* (três homens, dois de 18-30 anos, um com ensino fundamental e

o outro com ensino superior e um de 50-65 anos, ensino superior) e uma mulher (18-30 anos, ensino superior).

Gráfico com a representação das variantes em Fortaleza



Diante do que foi exposto, é possível constatar que, no geral, em todas as capitais, a variante predominante, para a flexão de feminino do substantivo *chefe*, é a da forma uniforme, *a chefe* (com 42 registros, 87,3%), prevalecendo a variante padrão de flexão, uma vez que, nos dicionários, a exemplo do Houaiss (2009), o verbete *chefe* tem, na sua entrada, a categoria gramatical de substantivo de dois gêneros:

chefe s. 2g. (1545) 1 pessoa que se destaca pelas qualidades, competência, poder de decisão etc. 2 indivíduo investido de poder para ocupar lugar de mando < escolher um c.> 3 aquele que ocupa a mais alta posição hierárquica em organismo oficial civil ou militar < c. de Estado> 4 fundador ou representante de uma dinastia, um clã, uma família < c. do ramo brasileiro dos Bragança > 5 pessoa reconhecida como a maior autoridade dentro de um grupo social, cultural, religioso etc. <c. de família> 6 o responsável pelo funcionamento de repartição ou serviço <c. de seção> 7 quem dirige, orienta ou conduz organização política, religiosa etc. dirigente, líder < o c. do partido, da facção> 8 dirigente de empresa; patrão 9 líder de movimento contestatário; cabeça [...]. (HOUAISS, 2009, p. 451).

Encontramos, também, no dicionário Houaiss, na mesma página, o registro do verbete *chefa*, como substantivo feminino, oriundo da linguagem informal, designando a mulher que

exerce autoridade. Que dirige certos estabelecimentos ou serviços, cuja origem etimológica é da palavra *chefe*, com alternância da vogal temática –e para –a, tomada como designação de feminino, conforme apontado por Cunha e Cintra (1985), quando apresentamos as regras especiais para formação dos substantivos:

chefa s.f. *inform.* mulher que exerce autoridade, que dirige certos estabelecimentos ou serviços; chefe *Etim.* chefe com alternância da vogal temática –e para –a, tomada como designação de feminino (HOUAISS, 2009, p.451).

Para a variante informal do feminino de chefe, *a chefa*, foram registradas quatro respostas, dois homens e duas mulheres; uma não resposta e uma resposta com duas outras lexias, encarregada e supervisora.

O diálogo, a seguir, mostra a dificuldade de flexionar o nome *chefe* e a busca de uma forma equivalente que possa responder à questão:

INQ: Sim. Então, às vezes, a gente tem assim no serviço, no trabalho, tem homens que chefiam e mulheres que chefiam. Quando é a mulher que Che...

INF: Encarregado.

INQ: É. E quando é a mulher que chefia a gente diz que ela é...

INF: Encarregada.

INQ: E se eu não quiser dizer que é encarregada, quiser dizer que ela chefia, digo que ela é...

INF: Ela é uma...supervisora.

Quanto à flexão do feminino de presidente, 29 (60%) dos informantes responderam que o feminino é *a presidente*, prevalecendo também a variante uniforme, e 18 (37%) respostas para *presidenta* (nove homens e nove mulheres), variante biforme, e uma não resposta.

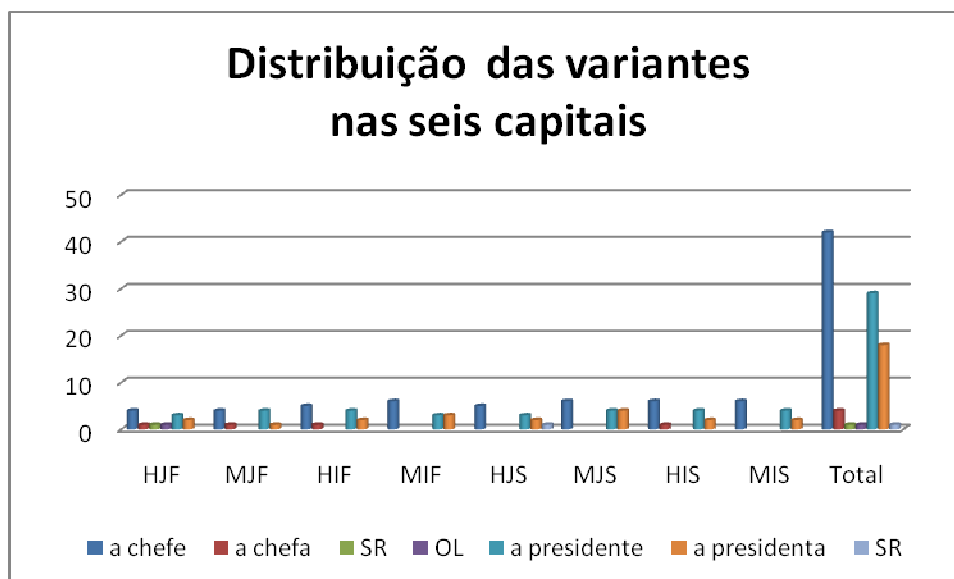
As palavras presidente e presidenta, no Houaiss (2009, p.1546), encontram-se com os seguintes registros:

presidente s.2g. (s. XV) indivíduo que preside (algo) 1 indivíduo que dirige os trabalhos numa assembleia, congresso, conselho, tribunal etc. 2 título oficial do chefe do governo do regime presidencialista 3 título oficial do chefe da nação nas repúblicas parlamentaristas 4 título que às vezes se dá ao dono ou ao diretor geral de uma empresa, clube, banco etc.

presidenta s.f. 1 mulher que se elege para a presidência de um país 2 mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição (*a p. da Academia de Letras*) 3 mulher que preside (algo) , <a p. da sessão do congresso> 4 p.us. esposa do presidente ETIM fem. De presidente.

Em consulta ao dicionário de Cândido de Figueiredo, verificamos que, desde 1899, há registro da palavra *presidenta*: "*Presidenta*, f. (neol.) mulher que preside; mulher de um presidente. (Fem. de presidente)."

A seguir, apresentamos gráfico com a distribuição das variantes nas seis capitais.



Vale mencionarmos, ainda, que, levando em consideração a faixa etária dos informantes, homens e mulheres com 18-30 anos e homens e mulheres com 50-65, dos quatro registros para a *chefe*, três, foram de informantes jovens (18-30 anos) e um de um informante mais velho (50-65 anos). Para a variante *presidenta*, das 18 ocorrências, oito foram de informantes com 18-30 anos e dez de informantes com 50-65 anos.

No primeiro caso, poderíamos dizer que são os jovens que fazem a mudança linguística acontecer, mas, no segundo, foram os informantes mais velhos que deram como resposta a variante mais informal de flexão do substantivo *presidente*, o que demonstra que a mudança pode ocorrer também pelo uso.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, variação diastrática, constatamos que, dos 42 registros para a flexão feminina *a chefe*, 23 deles eram de informantes com nível superior e 19, com nível fundamental. A forma uniforme é mais usada pelos falantes considerados “falantes cultos” pela estratificação social da sociolinguística, mas não é com grande diferença. Em capitais como Florianópolis e São Paulo, na resposta de todos os falantes, foi registrada a forma *a chefe*. Nas outras capitais, os registros por essa forma comum de dois gêneros, também, têm a maioria das respostas.

O registro da forma biforme, *chefa*, foi encontrado nas respostas de quatro informantes apenas, três deles têm ensino fundamental e um, ensino superior.

Já o registro de respostas para o feminino de presidente como *a presidente*, do total dos 29 registros, temos: 15 informantes com nível superior e 14 com nível fundamental. Ambos os falantes, praticamente preferem usar a flexão *a presidente*, a mais formal, independente do nível de escolaridade. O registro da flexão *presidenta* ficou para 18 informantes, nove com ensino superior e nove com ensino fundamental. Demonstrando que tanto o falante com menos escolaridade quanto o mais culto preferem a forma biforme.

Considerações finais

De acordo com o resultado de nossa análise, acerca do uso da flexão do gênero feminino dos substantivos *chefe* e *presidente*, questões 07 e 09 do Questionário Morfossintático (QMS) do Projeto ALiB, constatamos que, na época em que os inquéritos foram realizados, nos anos de 2001 a 2006, a recorrência de uso pelos informantes das seis capitais – Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza –, foi pela variante uniforme de flexão de feminino, *a chefe* e *a presidente*, prevalecendo, então, a forma comum de dois gêneros.

Essa constatação mostra, ainda, que a forma uniforme não obteve porcentual maior de respostas dos homens, mas sim das mulheres. Foram 22 respostas de mulheres (45%) e 20 respostas de homens (41%) para o feminino *a chefe* e 15 respostas de mulheres (31%) e 14 respostas de homens (29%) para o feminino *a presidente*.

Isso pressupõe certo conservadorismo das mulheres ou, até mesmo, podemos dizer que, no período em que as entrevistas foram feitas, ainda não tínhamos uma mulher na presidência do Brasil.

No que diz respeito às respostas para os femininos *chefe/chefa* e *presidente/presidenta*, ocorreu o mesmo número de respostas às duas questões: dois homens (4%) e duas mulheres (4%) responderam *chefa*; nove homens (18%) e nove mulheres (18%) responderam *presidenta*.

Talvez, se os inquéritos fossem realizados hoje, o uso do feminino de maior recorrência para *chefe* e *presidente* pudesse ser *chefa* e *presidenta*, a forma biforme.

Ricino (2014, p.28) a esse respeito diz: “Nossa língua é pródiga em possibilidades. A forma como o gênero foi sinalizado ao longo da história da língua portuguesa mostra que, em questões de masculino e feminino, a sociedade avança conforme os papéis sociais se transformam. Mas também pelas correntes de sua própria tradição”.

Pela análise dos dados, podemos inferir que, na prática, ambas as formas: a de dois gêneros e a forma feminina com *-a*, estão em processo de variação. As duas são corretas do ponto de vista de gramáticos, filólogos e linguistas, enfim, estudiosos da linguagem, com registros em dicionários conceituados, como o Houaiss (2001; 2009).

Por ora, podemos afirmar que, pelos dados coletados pelo ALiB, nessas seis capitais, ao se dirigir a uma mulher que esteja ocupando um cargo de chefe ou de presidente, a maioria dos informantes opta por usar a variante uniforme, comum de dois gêneros, a *chefe*, a *presidente*. Só o tempo e pesquisas realizadas em tempo real poderão apontar, futuramente, a deriva da língua para esses casos específicos de flexão de gênero.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. (org.) *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Editora da UEL, 2005.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. 1ªed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CALDAS AULETE, F. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- CARDOSO, Alice Suzana; MOTA, Jacyra Andrade. Projeto atlas linguístico do Brasil: antecedentes e estágio atual. In: *Alfa: Revista de Linguística*. (São José Rio Preto) vol.56 nº.3 São Paulo, 2012.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas linguístico do Brasil: questionários*. Londrina: EDUEL, 2001.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Filipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2004.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: : MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. (orgs.) *Documentos 2: Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006.
- _____. De Nascentes ao ALiB: a propósito da definição da rede de pontos em pesquisas geolinguísticas no Brasil. *Atas do II Encontro do Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-Oeste*. Brasília, vol. II, fevereiro de 2004, p. 390-398. Disponível em: <<http://gelco.crucial.com.br/volume2.pdf>>. Acesso em: 12 junho 2014.
- FIGUEIREDO, Antonio Candido de. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa, 1913. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Candido_de_Figueiredo_1913 >. Acesso em 10 de junho de 2014.
- MOTA, Jacyra Andrade. A Dialetoлогия na Bahia. In: AGUILERA, V. (org.) *A geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: Editora da UEL, 2005.
- RICINO, Leo. Femininos Inesperados. In.: *Revista Língua Portuguesa*, nº 99. São Paulo: Editora Segmento, janeiro de 2014.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Jose Olympio, 1985.

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. In: *Entretextos*, v. 13, nº 2, p. 203-242, Londrina, Editora da UEL, julho/dezembro de 2013.
- SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2ª ed. melhorada e ampliada. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.
- THUN, Harald. Atlas linguistique et variabilité – introduction à la table ronde. In: Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 22., 1998, Bruxelles. *Actes...* Tübingen: Max Niemeyer, 2000. v. III. p.407-409.

Recebido em 08/2014.

Aceito em 09/2014.